

Governo quer manter texto sobre anistia a militares

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney reuniu ontem (das 13h às 15h) o comando político do governo — dez ministros e os líderes no Congresso — para definir uma estratégia que garanta a manutenção do texto-base do Centrão nos dispositivos constitucionais que tratam da anistia aos militares. Segundo a orientação do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, a orientação é garantir a aprovação do texto que concede anistia aos militares da Aeronáutica que foram expulsos da força e proibidos de trabalhar por portaria reservada do Ministério, cuja indenização será definida em lei ordinária. A primeira reunião, após a vitória da tese dos cinco anos, visou também avaliar o comportamento das bancadas que apoiaram o governo.

José Lourenço afirmou, no portão do Palácio da Alvorada, que a anistia aos militares como foi concebida atende as reivindicações e compromissos assumidos pela clas-

se política e pelo governo. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, afirmou que atual texto será mantido. Disse que aqueles que votaram a favor dos cinco anos não deverão dar apoio a outra proposta.

José Lourenço disse que os 328 votos obtidos antontem para um mandato de cinco anos confirmam a existência de uma base política no Congresso. Segundo ele, foi detectada também uma tendência desta base se ampliar no Senado, onde o governo contava com uma minoria. A avaliação do comando político, segundo José Lourenço, concluiu também que dentro do PMDB há "uma ampla maioria", pelos 162 votos obtidos, que apoia o governo. Para o deputado, existe até a possibilidade de surgimento de um partido do governo, resultante da soma das forças políticas do PMDB e do PFL que deram sustentação à tese dos cinco anos para Sarney. José Lourenço não descarta o sur-

gimento de uma nova sigla a médio prazo.

O ministro Antônio Carlos não compartilha desta previsão. Segundo ele, o presidente José Sarney não precisa de um partido, já que conta com a "grande maioria do PMDB e do PFL". Na sua opinião, a base de sustentação do governo ficou muito clara na votação de antontem "em que tivemos 106 votos e ainda faltaram oito ou dez que não compareceram".

O ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto disse que o governo continuará acompanhando os trabalhos do Congresso constituinte e tentará fornecer subsídios para aprimorar o texto no segundo turno de votações. Ele negou que o presidente pretenda, como a definição do seu mandato, promover uma reforma ministerial. Segundo o ministro, o presidente está preocupado em "arrumar a casa" para o seu sucessor. Ou seja, estimular a retomada dos investimentos privados e consolidar a transição democrática.

Costa Couto afirmou que o presidente "investirá na paz e no exercício da paciência". "Não pense vocês que é fácil governar este país enfrentando a oposição competente da esquerda e da extrema direita". Ele disse que o governo "dará sinal vermelho" a tudo que não for conveniente ao país, ao ser indagado de como o governo administrará a pressão dos partidos que lhe apoiaram na definição do mandato.

O ministro Antônio Carlos também negou que faça parte dos planos do presidente uma reforma ministerial. Mas não descartou a possibilidade de haver uma troca de ministros. Elas podem ocorrer "no entanto, de acordo com a conveniência do presidente", disse.

Na reunião não foi definida nenhuma orientação sobre as eleições municipais este ano. Segundo o líder do PFL, José Lourenço esta questão não foi discutida. Antontem, porém, o presidente José Sarney afirmou que seguirá normalmente o calendário eleitoral.



O presidente José Sarney chega ao apartamento do deputado Jessé Freire

Presidente quer influir nas leis ordinárias

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney disse ontem no seu programa "Conversa ao Pé do Rádio" deve "participar" também da confecção das leis complementares e ordinárias, depois de aprovada a nova Constituição. "Naturalmente eu vou ter também de participar, no momento devido, de uma prerrogativa constitucional da iniciativa das leis complementares e ordinárias que tornarão a Constituição exequível", acrescentou Sarney. "Terei também de realizar eleições presidenciais no próximo ano, num

clima de paz, de democracia restaurada, e entregar ao meu sucessor um país sem os dramáticos momentos que nós todos vivemos", disse.

Sarney afirmou também que a transição se completará com a promulgação da Constituição. No entanto, acrescentou que as "duas centenas" de leis necessárias à sua finalização, não constituem um "produto acabado", "um fim em si mesmo". Esta foi a resposta do presidente aos "históricos" do PMDB e aos partidos de esquerda, um dia após a aprovação do mandato de cinco anos. Eles defendiam

eleições presidenciais este ano com o argumento de que a "transição democrática" se encerraria com a promulgação da nova Constituição.

Sarney afirmou que é preciso "por um ponto final na mentalidade e nos atos de um populismo fácil, adaptado talvez à década de 50, quando a maioria dos brasileiros de hoje sequer havia nascido, mas impróprio e inadequado nos anos 80". Segundo ele, "neste instante, a hora é de solidariedade nacional: reunir os brasileiros para a consolidação da democracia e para o progresso da

nação" e que tem certeza de que não lhe faltará apoio "das brasileiras e dos brasileiros, que ao longo desses três anos, com todas as dificuldades, jamais deixaram de acreditar e de ter esperanças".

Sarney iniciou o programa comunicando a aprovação dos cinco anos, e repetiu os termos da entrevista que concedeu na noite de antontem: "Recebo, acato e respeito essa decisão da Assembléia Nacional Constituinte, com o mesmo senso do dever com que assumi a Presidência da República e tenho exercido o meu cargo."

Reale critica plebiscito de 93 e a revisão constitucional

Da Redação

O jurista Miguel Reale disse ontem, em São Paulo, por telefone, que "embora pareça mais democrática a consulta direta ao povo, a atual Assembléia Constituinte tem legitimidade para estabelecer as linhas mestras do estado de direito mais correspondente à situação brasileira". Reale fez esta declaração ao comentar a realização de um plebiscito em 1993 para decidir a forma (republicana ou monárquica) e o sistema de governo (parlamentarista ou presidencialista) e a revisão da Constituição a cada cinco anos, medidas aprovadas pelo Congresso constituinte antontem na votação do capítulo das "Disposições Transitórias" da nova Carta.

Para Reale, a revisão constitucional — uma "abstração jurídica" — representa uma perda da realidade, "efetivamente a necessidade de se transformar a Constituição pode surgir bem antes. A idéia de cinco anos não tem senso de realidade, é uma falta de senso jurídico concreto", disse. Para ele, esta emenda só tem necessidade visível diante das mudanças que o artigo anterior — referente ao plebiscito — poderá trazer.

Reale disse ainda que ao se examinar os artigos aprovados fica

a impressão de que o Congresso constituinte está inseguro em relação às matérias que resolveu até agora.

Dallari

O jurista Dalmo de Abreu Dallari disse que, em princípio, uma consulta popular é sempre boa, mas neste caso trata-se de um casuismo em favor dos monarquistas.

Quanto à escolha entre parlamentarismo e presidencialismo, disse considerá-la interessante em princípio, porque, realizando-se no final de 1993, só interferirá no último ano de mandato do sucessor do presidente José Sarney, preservando o mandato de mudanças previstas no seu curso.

Sobre a revisão constitucional, disse que ela é claramente inspirada na Constituição portuguesa, mas mal inspirada, porque em Portugal ela atendia a objetivos de estabilidade política, enquanto aqui ela entra em contradição com o artigo 73 já aprovado pelo Congresso constituinte e que permite ao Poder Legislativo aprovar emendas à Constituição a qualquer momento. Para Dallari, soma-se a isso o fato de que o quórum de revisão constitucional em Portugal é de quatro quintos, enquanto aqui foi aprovado na forma de maioria absoluta.

Onde estavam os que não foram à votação do mandato

Da Sucursal de Brasília

Onde estavam os cinco constituintes — Pedro Ceolin, Leite Chaves, Mário Lima, Carlos Virgílio e Virgílio Távora — que deixaram de votar antontem na definição do mandato do presidente José Sarney? A ausência de cada um tem uma explicação diferente:

Pedro Ceolin (PFL-ES) — Há dez dias, o deputado foi internado no Hospital Santa Lúcia em Brasília, onde se recupera de uma hemorragia digestiva. Na quarta-feira, acompanhado por um médico, Ceolin foi até o plenário e votou pela aprovação da emenda substitutiva do Centrão para todos os artigos do Ato das Disposições Transitórias. Queria votar no mandato presidencial, mas os médicos proibiram sua saída do hospital.

Leite Chaves (PMDB-PR) — Segundo um funcionário de seu gabinete, Guilherme, o senador estava em Brasília. Mas apresentou, antes da votação, um pedido de licença à Mesa do Senado. Na noite de ontem, Chaves viajou para Tel Aviv, Israel, onde pretende interceder a favor da menina Bruna,

sequestrada em Curitiba (PR) e entregue a um casal israelense. A Folha não encontrou o senador para que ele explicasse sua ausência no plenário.

Mário Lima (PMDB-BA) — Segundo seus familiares, o deputado está em Genebra, na Suíça, acompanhando os trabalhos da convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nenhum deles soube precisar a data em que Mário Lima viajou. Em seu gabinete, ninguém foi encontrado à tarde.

Carlos Virgílio (PDS-CE) — O deputado acompanhou a sessão de antontem até por volta das 14h, quando foi avisado da gravidade do estado de saúde de seu pai, o senador Virgílio Távora. Comunicou sua decisão de seguir imediatamente para São Paulo ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, e foi para o aeroporto.

Virgílio Távora (PDS-CE) — Estava em estado agonizante em São Paulo, onde veio a morrer na manhã de ontem, vítima de câncer (veja reportagem na pág. 4 do 1º Caderno).

Sarney faz visita a deputado que foi votar 5 anos doente

JOÃO BATISTA NATALI
Enviado especial a Brasília

Desobedecendo recomendações médicas e com isso engrassando, na quinta à tarde, o bloco dos que votaram pelos cinco anos de mandato presidencial, Jessé Freire Filho (PFL-RN), 28, foi ontem plenamente recompenso em termos políticos e sociais. O próprio Sarney o visitou por 20 minutos, por volta do meio-dia, em seu apartamento da SQS 111, num gesto que acabou por transformá-lo numa espécie de "herói positivo" do cincoanismo.

Em verdade, o deputado fizera efetivamente um esforço considerável para suportar, fisicamente, as nove horas de sessão da véspera. Acompanhado de um primo, locomovendo-se curvado e vagarosamente com seus 1m80 e 78 quilos, ele precisou deixar por três vezes o plenário, para prolongados períodos de repouso no divã de um gabinete das proximidades.

Jessé Freire, a rigor, manteve-se coerente com os mesmos compromissos assumidos junto ao governo e ao Centrão, que o têm levado, por vezes, a coordenar com o calendário das votações suas periódicas viagens para internação nos Estados Unidos. Seus médicos lhe asseguram

que ele tem todas as condições para, a médio prazo, ficar totalmente recuperado.

Filho de um ex-senador e ex-presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), casado com uma das herdeiras das Casas da Banha, Jessé Freire pertenceu, ao fim da adolescência, à "jeunesse dorée" de Brasília, tendo como amigos filhos de outras eminências da Arena e depois do PDS, como o hoje governador Fernando Collor de Melo, e circulando sem embaraços pela periferia do poder.

Engajado nas pegadas do pai, que morrera pouco antes, ele se elegeu para a Câmara em 1982, com apenas 22 anos, procurando manter por algum tempo uma dupla fidelidade que se mostraria impraticável com as crises desencadeadas na área governista com a sucessão de Figueiredo. De fato, dizendo-se politicamente apegado a Sarney, o presidente do PDS que participou da cisão da qual nasceria a Frente Liberal, ele acabou optando pela candidatura de Paulo Maluf, cujas articulações chefiou no Rio Grande do Norte.

Além de político, Jessé Freire é empresário, com concessionárias de caminhões, automóveis e tratores no Rio e em Natal, sendo também proprietário de cinemas.

"Já sinto melhoras", diz Jessé após encontro com presidente

Da Sucursal de Brasília

"Ele hoje tem o comando da Nação. O governo é só Sarney", declarou o deputado Jessé Freire Filho (PFL-RN), 28, após receber, na manhã de ontem, a visita do presidente José Sarney em seu apartamento localizado no bloco I da Superquadra 111. Mesmo doente e contrariando a orientação médica, Jessé Freire deslocou-se do Rio de Janeiro para dar o seu voto a favor dos cinco anos para o presidente, cuja vitória "me deixou tão feliz que já sinto melhoras".

Sarney chegou à Superquadra por volta das 11h50, num Opala branco, placa B.J-3672, seguido de mais três outros carros da mesma cor e marca. A presença do presidente da República não provocou nenhuma alteração na vida dos moradores da quadra. Mas não deixou de surpreender a um grupo de crianças que deixava o colégio situado defronte ao bloco do deputado.

"Nem mais um mês"

"Alguém morreu?", indagou o menino Rafael Monteiro Viana, 11, que havia reconhecido o presidente. "Ele não devia ficar nem mais um mês", afirmou o menino ao ser

indagado se a vitória do governo havia lhe agradado. Apesar da contrariedade, Rafael ficou aguardando a saída do presidente junto com as outras crianças que se encarregavam de divulgar a presença de Sarney na quadra.

Enquanto o presidente visitava Jessé Freire e o deputado Raimundo Vieira da Silva (PDS-MA), também doente, as crianças vasculhavam os carros dos seguranças. Uma metralhadora e um revólver no banco traseiro de um dos carros espantou Sílvia Renato Lopes, 11, e atraiu a atenção de outras meninas.

Beijos

Mas todas as opiniões contra o governo revertem-se no instante em que o presidente voltava da residência dos parlamentares, cerca de quarenta minutos depois de sua chegada.

A criançada não se conteve e correu para abraçar e beijar o presidente. Ele deu uma rápida declaração à imprensa, lamentando a morte do senador Virgílio Távora (PDS-CE), mas não escondeu a sua alegria com o assédio da meninada. Sarney retribuiu com beijos e abraços a manifestação das crianças.